

Balancos patrimoniais Em 31/12/15 e 2014 (Em R\$)

Ativo	Individual				Consolidado			
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Circulante	291.778	239.627	418.989	362.386	109.336	92.122	160.935	139.754
Caixa e equivalentes de caixa (Nota5)	43.173	15.093	44.030	21.611	44.355	51.394	44.654	52.884
Contas a receber (Nota 6)	19.796	20.011	48.880	49.469	272	1.356	997	2.674
Despesa antecipadas	1.656	3.871	21.476	11.214	84	397	898	1.902
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	84	397	898	1.902	163	-	10.163	5.369
Outros	182.442	147.505	258.054	222.632	756	600	908	616
Não circulante	182.442	147.505	258.054	222.632	167.075	115.009	253	-
Partes relacionadas (Nota 9)	-	-	-	-	12.793	13.709	219.362	187.772
Depósitos judiciais (Nota 18)	818	471	1.780	1.017	837	718	20.606	20.173
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	163	-	10.163	5.369	756	600	908	616
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	131	130
Propriedade para investimento	-	-	-	-	167.075	115.009	253	-
Investimento (Nota 10)	-	-	-	-	12.793	13.709	219.362	187.772
Imobilizado (Nota 11)	-	-	-	-	837	718	20.606	20.173
Intangível (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	4.851	-
Outros (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo e patrimônio líquido	291.778	239.627	418.989	362.386	291.778	239.627	418.989	362.386
Circulante	81.108	33.007	147.118	82.476	81.108	33.007	147.118	82.476
Empréstimos, financ. e debêntures (Nota 13)	55.985	9.424	84.602	26.536	6.152	5.641	25.152	21.789
Fornecedores (Nota 14)	6.152	5.641	25.152	21.789	3.036	3.138	8.356	6.831
Obrigações trabalhistas (Nota 15)	3.036	3.138	8.356	6.831	5.321	5.697	10.014	9.494
Obrigações tributárias (Nota 16)	5.321	5.697	10.014	9.494	3.569	2.562	11.970	11.162
Tributos parcelados (Nota 17)	6.736	6.247	6.736	6.247	309	298	288	417
Outros	144.524	160.062	205.537	233.150	127.669	152.382	151.103	172.671
Não circulante	167.075	115.009	253	-	2.149	1.710	2.714	1.873
Empréstimos, financi. e debêntures (Nota 13)	2.149	1.710	2.714	1.873	10.538	-	-	-
Provisão para contingências (Nota 18)	10.538	-	-	-	3.700	5.409	46.236	52.913
Partes relacionadas (Nota 9)	3.700	5.409	46.236	52.913	468	561	4.904	5.011
Tributos parcelados (Nota 17)	468	561	4.904	5.011	-	-	580	682
Outros	-	-	580	682	66.146	46.558	66.334	46.760
Patrimônio líquido (Nota 19)	66.146	46.558	66.334	46.760	2.347	2.347	2.347	2.347
Capital social	2.347	2.347	2.347	2.347	760	760	760	760
Reserva legal	760	760	760	760	18.473	18.473	18.473	18.473
Reserva de subvenção	44.566	24.978	44.566	24.978	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	66.146	46.558	66.146	46.558
Atribuído a participação dos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	188	202
Participação do acionista não controlador	-	-	188	202	-	-	-	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/15 e 2014 (Em R\$)

Saldo em 31/12/13	Reservas de lucros		Participação acionista controlador	Participação acionista não controlador	Total
	Capital social	Reserva de subvenção			
Reservas de lucros	2.347	18.473	760	31.537	53.117
Perda de investimento (reestruturação societária) (Nota 10)	-	-	-	(25.299)	(25.299)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	(6.246)	(6.246)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.986	24.986
Saldo em 31/12/ 2014	2.347	18.473	760	24.978	46.558
Reservas de lucros	-	-	-	19.588	(19.588)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	(7.350)	(7.350)
Dividendo complementar 2014	-	-	-	(2.462)	(2.462)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.400	29.400
Saldo em 31/12/ 2015	2.347	18.473	760	44.566	66.146

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31/12/15 e 2014 (Em R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. Fundada em 1870, a Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S/A ("Granado") é uma S/A de capital fechado. Ao longo dos anos o acionista da Granado criou as empresas: Ponteland Distribuição S/A ("Ponteland") em 2003; sendo esta uma S/A de capital fechado e Jesmond Comércio Varejista Ltda. ("Jesmond") em 2009. Estas sociedades possuem sede à Rua 1º de março, 14 e 16, Centro/RJ. Dado o processo de expansão das empresas nos últimos anos, em 2014, o acionista controlador e a Administração entenderam ser necessária uma reestruturação societária, além da reorganização da estrutura de gestão e controle, visando suportar o crescimento das operações e alcançar determinados níveis de eficiência e sinergia entre as empresas parte deste mesmo grupo econômico. Essa reestruturação societária consistiu, basicamente, no aporte de capital através da integralização dos saldos de mútuo a receber que a Ponteland possuía junto a Granado e a Jesmond. A partir de 31/08/14, os atos societários relacionados a esta reorganização se tornaram eficazes. A referida reestruturação societária não alterou o controle acionário de nenhuma das sociedades que continuam tendo o mesmo acionista controlador, o qual continua controlando diretamente a Ponteland e passou a exercer o controle indireto da Granado e da Jesmond. A Ponteland e suas controladas, doravante serão referidas como "Grupo" para fins deste relatório. O Grupo tem como principal frente de negócios a produção, comercialização e distribuição, no atacado e varejo, de produtos farmacêuticos, higiene e limpeza pessoal, cosméticos e perfumarias, especialmente das marcas Granado e Phebo. Em 31/12/15 conta, em nível nacional, com duas unidades fabris, um centro de distribuição, 45 lojas, além de escritórios administrativos e de vendas. No final/12/14, foi inaugurada a nova fábrica, localizada em Japeri, Rio de Janeiro.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras (individual e consolidada) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A moeda funcional do Grupo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras (individual e consolidada). A preparação das demonstrações financeiras (individual e consolidada) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras (individual e consolidada) para o exercício findo em 31/12/15 foram autorizadas pela Administração em 14/03/2016. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram os eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

3. Resumo das principais políticas contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos pelo Grupo com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos a contar da data da contratação.

3.2. Contas a receber de clientes. Estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. A empresa adota como critério constituir a provisão para os valores pendentes de recebimento superior a 180 dias.

3.3. Estoques. Estão demonstrados ao custo médio de aquisição e produção, deduzido de provisão para ajustá-las aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

3.4. Ativos arrendados. Arrendamento mercantil operacional. Arrendamentos mercantis para os quais o grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. Arrendamento mercantil financeiro. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Imobilizado. É registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, ajustado pelo custo atribuído dos bens, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilização é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões. Terrenos não são depreciados. A depreciação é apurada para todos os outros itens do imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas. São aplicadas as seguintes taxas ao ano pelo método linear: Prédios e benfeitorias: 4,00%; Móveis e utensílios: 10,00%; Instalações: 10,00%; Máquinas e equipamentos: 10,00%; Computadores e periféricos: 20,00%; Veículos: 20,00%; Benfeitorias e imóveis de terceiros: Tempo de contrato. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

3.6. Intangível. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes e luvas por ponto de venda da rede de varejo (Jesmond). Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avalia-

ção continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

3.7. Empréstimos, financiamentos e debêntures. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais foram contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, e os prêmios recebidos são reconhecidos em conta de reserva de capital.

3.8. Outros ativos e passivos. Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puser ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9. Tributos. Tributos sobre vendas. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: PIS: 1,65% - 2,20%; COFINS: 7,60% - 10,30%; Imposto sobre Serviços - ISS: 5%; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS: 19,00%. IR e contribuição social - Corrente e Diferido. A tributação sobre o lucro compreende o IR ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: *Vida útil dos ativos imobilizados e intangível.* A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

Imobilizado. Registrado ao custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada para os bens adquiridos a partir de 2009. Para os bens adquiridos anteriormente a 2009, o Grupo registrou os bens ao valor justo (custo atribuído) com base na avaliação de peritos independentes, conforme permitido pelo CPC 27 - Imobilizado. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o seu valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Em 31/12/15 não houve indícios de que os ativos não financeiros não seriam recuperados. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de LP e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Provisões. Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nas faturas vencidas há mais de 180 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

3.11. Subvenções governamentais. Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições foram satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujos benefícios se objetiva compensar.

3.12. Reconhecimento das receitas. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos. A receita é reconhecida pelo Grupo apenas quando da efetiva venda de produtos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3.13. Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/15 e 2014 (Em R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Fluxo de caixa das atividades operacionais	29.400	24.986	29.400	24.986
Lucro líquido do exercício	29.400	24.986	29.400	24.986
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício c/caixa gerado pelas atividades operac.	-	-	(14)	202
Participação do acionista não controlador	-	-	(14)	202
Depreciação e amortização	1.696	1.824	13.221	1.982
Provisão para contingências	439	212	841	245
Juros e encargos s/empréstimos e financiam;	28.111	4.177	32.042	1.712
Equivalência patrimonial	(6.848)	(6.309)	62	-
	52.798	24.890	75.552	29.127
(Aumento) diminuição nas contas do ativo				
Contas a receber	7.039	21.071	8.230	11.039
Estoques	215	(5.148)	589	(12.244)
Impostos a recuperar	2.052	1.136	(15.056)	(396)
Impostos diferidos	(156)	(600)	(292)	(616)
Depósitos judiciais	(347)	(369)	(763)	(385)
Despesas antecipadas	1.084	(1.315)	1.677	(798)
Partes relacionadas	16.998	-	7.555	(2.882)
Outros ativos	285	(72)	642	(2.684)
Aumento (diminuição) nas contas do passivo				
Fornecedores	511	(33)	3.363	15.900
Obrigações trabalhistas	(102)	346	1.525	112
Obrigações tributárias	(376)	2.192	520	2.343
Partes relacionadas	10.538	(58.739)	-	-
Impostos diferidos	(93)	-	(107)	511
Pagamento de juros s/ empréstimos	(26.248)	(21.583)	(29.882)	(21.621)
Dividendos pagos	(9.323)	-	(9.323)	-
Outros passivos	11	26	130	(596)
Caixa gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	54.886	(38.198)	44.360	16.810
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de controlada liq. de caixa adquirido	-	-	-	(3.178)
Aquisição de imobilizado	(613)	(861)	(50.333)	(66.396)
Alienação de imobilizado	74	500	1.380	1.264
Aporte de capital	(45.218)	-	(315)	-
Adição de intangível	(360)	(1.083)	(1.142)	(3.717)
Caixa consumido nas ativ. de investimento	(46.117)	(1.444)	(50.410)	(72.027)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação líquida de empréstimos e financ.	32.151	23.083	61.090	54.335
Pagamento de principal s/empréstimos	(12.166)	(4.349)	(26.752)	(6.690)
Pagamento dos parcelam. de tributos	(674)	(5.019)	(5.869)	(13.522)
Caixa gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	19.311	1		

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ/MF nº 04.247.792/0001-54

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
7. Estoques				
Produto acabado	19.796	20.011	31.429	27.871
Produto acabado em poder de terceiros	-	-	220	1.290
Matéria prima/embalagem	-	-	15.292	19.529
Estoque em trânsito	-	-	663	779
Outros	-	-	1.276	-
	19.796	20.011	48.880	49.469
8. Impostos e contribuições a recuperar				
IR Pessoa Jurídica - IRPJ	140	-	7.390	5.767
Contrib. Social s/ Lucro Líquido - CSLL	51	365	524	672
IR Retido na Fonte	29	-	470	-
Impostos s/Circulação de Mercadorias e Serviços	114	556	18.580	5.724
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS ST	1.322	2.453	1.322	2.453
Programa Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - PIS/COFINS	-	-	2.840	741
Outros	163	497	513	1.226
	1.819	3.871	31.639	16.583
Circulante	1.656	3.871	21.476	11.214
Não circulante	163	-	10.163	5.369

Os valores de IR e CSLL referem-se a antecipações efetuadas por estimativa a serem compensadas com apurações futuras.

9. Partes relacionadas

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Mútuo Jesmond	(9.983)	2.978	-	-
Mútuo - BESI	-	632	-	634
Mútuo - Acionista controlador	-	6.223	-	6.223
Mútuo - Casa Granado	(555)	7.165	-	-
Mútuo - Casa Granado França	-	-	-	698
	(10.538)	16.998	-	7.555

Sobre os saldos não há a incidência de juros ou atualização monetária, bem como não possuem prazo definido para liquidação. A remuneração dos membros da Diretoria é fixada anualmente pelo Conselho de Administração. A remuneração total dos administradores da Ponteland foi de R\$480 nos exercícios findos em 31/12/15 e 2014 e a nível consolidado foi de R\$948 em 31/12/15 (R\$637 em 31/12/14) consistentes com os limites estabelecidos em Assembleia. O Grupo não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de LP para a Administração e seus empregados. **10. Investimento.** a) Participações societárias

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
11. Imobilizado				
Taxa de depreciação	10%	(*)	10%	(*)
Custos	844	11.888	958	830
Adições	9	-	61	77
Baixas/transfêrencias	-	-	282	-
Saldos em 31/12/14	853	11.888	1.301	907
Depreciação				
Saldos em 31/12/13	(268)	(1.373)	(348)	(188)
Adições	(84)	(540)	(100)	(90)
Baixas	-	-	-	360
Saldos em 31/12/14	(352)	(1.913)	(448)	(278)
Imobilizado líquido em 31/12/14	501	9.975	853	629
Taxa de depreciação	10%	(*)	10%	(*)
Custos	853	11.888	1.301	907
Adições	-	220	12	145
Baixas/transfêrencias	-	-	-	(74)
Saldos em 31/12/15	853	12.108	1.313	971
Depreciação				
Saldos em 31/12/14	(352)	(1.913)	(448)	(278)
Adições	(84)	(562)	(127)	(94)
Baixas	-	-	-	55
Saldos em 31/12/15	(436)	(2.475)	(575)	(372)
Imobilizado líquido em 31/12/14	501	9.975	853	629
Imobilizado líquido em 31/12/15	417	9.633	738	599

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Taxa de depreciação	10%	(*)	10%	(*)
Custos	17.114	71.505	6.215	22.809
Adições	-	3	7.125	1.722
Baixas	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/14	16.238	65.463	15.001	24.530
Depreciação				
Saldos em 31/12/13	-	(4.027)	(5.157)	(6.619)
Adições	-	(2.949)	(763)	(2.522)
Baixas	-	2.070	-	-
Saldos em 31/12/14	(436)	(2.475)	(575)	(372)
Imobilizado líquido em 31/12/14	17.114	67.478	1.058	16.190
Imobilizado líquido em 31/12/15	16.238	60.557	9.081	15.389

(*) A depreciação adotada para o grupo Benefiteiras em Bens de Terceiros é calculada de acordo com período constante no contrato de aluguel. (**) O saldo de imobilizado em andamento refere-se à construção da terceira unidade fabril de Japeri. Em 2015 mais uma etapa foi finalizada, tendo sido desativada a fábrica localizada à rua do Senado, e transferida a produção para a nova fábrica localizada em Japeri. O saldo contábil de R\$ 4.851 referente aos imóveis da fábrica do Senado, o qual foi desativada em 2015, está sendo apresentada em outros ativos de LP e possuem valor de mercado de aproximadamente R\$14.000, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Em 01/01/10, o custo atribuído do ativo imobilizado foi determinado com base em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os cálculos de avaliação para determinação do custo atribuído foram elaborados com base no método da quantificação de custo, e os valores encontrados foram utilizados para ajustar o cálculo da depreciação em função da realidade operacional e tecnológica do Grupo. Adicionalmente o Grupo contabilizou os impostos diferidos (IR e contribuição social) sobre o custo atribuído do ativo imobilizado.

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
IR	-	-	3.386	3.685
Contribuição social	-	-	1.518	1.326
Saldo	-	-	4.904	5.011

Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil financeiro, foram classificados como ativos imobilizados e registrados nas rubricas "Veículos", "Computadores e periféricos" e "Máquinas e Equipamentos" perfazendo um total de R\$3.253, sendo R\$1.411, R\$1.692 e R\$1.150 respectivamente (R\$1.361, sendo R\$607, R\$710 e R\$44, respectivamente em 2014). Estes ativos são garantidos dos referidos arrendamentos. **12. Intangível. Descrição - Individual Software.** Taxa de amortização: 20%; **Custos.** Saldos em 31/12/13: **423**; Adições: 600; Saldo em 31/12/14: **1.023**; **Amortização.** Saldos em 31/12/13: **(152)**; Adições: **(153)**; Saldo em 31/12/14: **(305)**; Intangível líquido em 31/12/13: **271**; Intangível líquido em 31/12/14: **718**; **Descrição - Software.** Taxa de amortização: 20%; **Custos.** Saldo em 31/12/14: **1.023**; Adições: **360**; Saldo em 31/12/15: **1.383**; **Amortização.** Saldo em 31/12/14: **(305)**; Adições: **(241)**; Saldo em 31/12/15: **(546)**; Intangível líquido em 31/12/14: **718**; Intangível líquido em 31/12/15: **837**.

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Taxa de amortização	-	-	20%	(*)
Custos	7.366	1	3.076	8.025
Adições	-	-	1.018	2.699
Saldos em 31/12/14	7.366	1	4.094	10.724
Amortização				
Saldos em 31/12/13	-	-	(1.376)	(1.376)
Adições	-	-	(636)	(636)
Saldos em 31/12/14	-	-	(2.012)	(2.012)
Intangível líquido em 31/12/13	7.366	1	1.700	8.025
Intangível líquido em 31/12/14	7.366	1	2.082	10.724
Taxa de amortização	-	-	20%	(*)
Custos	7.366	1	4.094	10.724
Adições	-	-	364	778
Saldos em 31/12/15	7.366	1	4.458	11.502
Amortização				
Saldos em 31/12/14	-	-	(2.012)	(2.012)
Adições	-	-	(709)	(709)
Saldos em 31/12/15	-	-	(2.721)	(2.721)
Intangível líquido em 31/12/14	7.366	1	2.082	10.724
Intangível líquido em 31/12/15	7.366	1	1.737	11.502

(*) A depreciação adotada para o grupo Benefiteiras em Bens de Terceiros é calculada de acordo com período constante no contrato de aluguel. A Administração revisa anualmente as premissas referentes ao valor recuperável dos ativos registrados não identificando indicativo de impairment. **13. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Banco Brasil - debêntures	129,50% * CDI	25/12/2020	154.763	153.832
Industrial	100%*CDI + 6,16% a 7,44%	23/01/2017	572	1.259
SANTANDER	PRÉ 17,95%	31/10/2016	2.935	-
Safra	100%*CDI + 5,53%	21/11/2016	357	911
Votorantim	100%*CDI + 4,28% a 5,16%	20/06/2016	679	2.250
Tribanco	100%*CDI + 4,27% a 4,78%	17/08/2017	5.327	3.854
CEF	100%*CDI + 8,08%	21/07/2018	8.654	-
BANCO ABC	100%*CDI + 5,26%	17/08/2017	4.769	-
CITIBANK	100%*CDI + 7% +Var.Cambial	16/09/2016	6.040	-
FINAME	Pré 2,5% e 6%	15/05/2024	526	613
Leasing	06/12/2018	409	739	-
			185.031	163.458
Banco Brasil - Custo emissão debêntures			(1.377)	(1.652)
			183.654	161.806
Circulante			55.985	9.424
Não circulante			127.669	152.382

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Controladas				
Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S/A	99,99%	163.098	259.565	(131.178)
Jesmond Com. Varejista Ltda.	99,45%	36.200	50.303	(9.756)
b) Movimentações controladora				
Controladas diretas				
Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S/A		87.689	36.100	3.169
Jesmond Com. Varejista Ltda.		27.320	9.118	3.679
Total		115.009	45.218	6.848

(*) O valor da equivalência patrimonial considera o percentual de participação da Ponteland sobre os resultados de suas controladas em 31/12/15 totalizando o montante R\$ 3.668, bem como os valores líquidos referentes ao lucro não realizado das operações entre as empresas do grupo. Na empresa Granado, a adição de R\$4.603 relativo ao ano de 2014 e a exclusão de R\$1.421 relativo ao ano de 2015, na Jesmond a adição foi de R\$256 e a exclusão de R\$258. Em 30/11/15, a reunião de AGE, aprovou o aumento de capital na Casa Granado através da integralização do saldo de mútuo com a Ponteland de R\$45.000 mediante emissão de 524 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 por ação. Em função do aumento de capital, o capital da Casa Granado passa de R\$118.098 para R\$163.098. Também, em 30/11/15, através do aumento de capital na Jesmond pela integralização do saldo de mútuo a pagar também com a Ponteland de R\$10.000, o capital social da Jesmond passou de R\$26.200 para R\$36.200, representado por 36,2 milhões quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada. Nesta mesma data, dos referidos aumentos de capital de R\$ 45.000 e R\$ 10.000, foram integralizados os montantes R\$ 36.100 e R\$ 9.118, respectivamente, o restante do saldo será integralizado até 30/06/2016. Com o aumento de capital a participação da Ponteland na Jesmond passou para 99,45% (em 2014 99,24%).O percentual de participação na Granado permanece em 99,99%.

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receita				
Operacional	170.940	(128.387)	170.940	(128.387)
Financeira	126.958	126.958	126.958	126.958
Equivalência	40.117	40.117	40.117	40.117
Total	338.015	(61.312)	338.015	(61.312)

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro				
Operacional	170.940	(128.387)	170.940	(128.387)
Financeira	126.958	126.958	126.958	126.958
Equivalência	40.117	40.117	40.117	40.117
Total	338.015	(61.312)	338.015	(61.312)

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Ativo				
Ativo	170.940	(128.387)	170.940	(128.387)
Passivo	126.958	126.958	126.958	126.958
Total	338.015	(61.312)	338.015	(61.312)

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Passivo				
Capital Social	170.940	(128.387)	170.940	(128.387)
Reserva de Lucros	126.958	126.958	126.958	126.958
Reserva de Equivalência	40.117	40.117	40.117	40.117
Total	338.015	(61.312)	338.015	(61.312)

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Equivalência				
Operacional	170.940	(128.387)	170.940	(128.387)
Financeira	126.958	126.958	126.958	126.958
Equivalência	40.117	40.117	40.117	40.117
Total	338.015	(61.312)	338.015	(61.312)

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Equivalência				
Operacional	170.940	(128.387)	170.940	(128.387)
Financeira	126.958	126.958	126.958	126.958
Equivalência	40.117	40.117	40.117	40.117
Total	338.015	(61.312)	338.015	(61.312)

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Equivalência				
Operacional	170.940	(128.387)	170.940	(128.387)
Financeira	126.958	126.958	126.958	126.958
Equivalência	40.117	40.117	40.117	40.117
Total	338.015	(61.312)	338.015	(61.312)

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ/MF nº 04.247.792/0001-54

constituídos créditos tributários sobre prejuízo fiscais e diferenças temporárias na Casa Granado e Jesmond.

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Lucro antes do IR e contrib. social	35.450	29.609	37.940	31.593
Alíquota fiscal de IR/CS	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota nominal	(12.053)	(10.067)	(12.900)	(10.742)
Multas e outras despesas indedutíveis	(128)	(56)	(309)	(95)
Subvenções governamentais	3.823	3.553	4.097	4.009
Utilização de prej. fiscais acumulados	-	-	320	1.808
Outras adições e exclusões permanentes	2.308	1.947	238	(1.385)
Despesa de IR e contribuição social	(6.050)	(4.623)	(8.554)	(6.405)
Alíquota efetiva	17%	16%	23%	20%

24. Resultado financeiro

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Receitas financeiras				
Juros financeiros	295	486	307	490
Outras receitas financeiras	1.952	1.346	6.607	3.049
Total	2.247	1.832	6.914	3.539

Despesas financeiras				
Juros s/empréstimos e financiam.	(27.912)	(21.205)	(31.995)	(21.923)
Juros sobre parcelamentos	(992)	(293)	(6.040)	(2.180)
IOF	(476)	(116)	(674)	(279)
Tarifas bancárias	(359)	(176)	(620)	(324)
Juros financeiros	(714)	(269)	(949)	(310)
Var. cambial	-	-	(3.823)	-
Taxa adm cartão	-	-	(1.821)	-
Outras	(3.094)	15	(3.475)	(1.100)
Total	(33.547)	(22.044)	(49.397)	(26.116)
Resultado financeiro líquido	(31.300)	(20.212)	(42.483)	(22.577)

25. Compromissos. Em 31/12/2015, o Grupo possuía 42 contratos de locação para seus depósitos e lojas. Os compromissos futuros tomando-se por base os contratos existentes em 31/12/2015 são assim distribuídos:

	Individual				
	2016	2017	2018	2019	2020 em diante
Aluguéis	2.640	2.640	2.640	2.640	-

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Aos Administradores e acionistas da Ponteland Distribuição S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Ponteland Distribuição S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2015 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Ponteland Distribuição S.A. em 31/12/2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 14/03/2016. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/F-6. Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O-4.

	Consolidado				
	2016	2017	2018	2019	2020 em diante
Aluguéis	8.872	7.452	4.759	1.501	20

26. Cobertura de seguros. O Grupo mantém apólices de seguro contratadas junto a seguradoras do país considerando a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31/12/15, o Grupo possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques além de apólice de responsabilidade civil e são assim demonstradas:

	Montante da cobertura	
	Individual	Consolidado
Riscos cobertos		
Lucros cessantes/raios/incêndio/explosão	54.310	54.310
Vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça	850	850
Veículos	2.688	2.688
Responsabilidade civil	5.400	5.400
Outras coberturas	224.033	224.033
Risco de engenharia - obra Japeri - 12/16 a 12/2017	75.405	75.405

A apólice de seguro engloba as três empresas do Grupo, são elas: Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.; Ponteland Distribuição S/A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda. **27. Instrumentos financeiros.** Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa.** Estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. **• Contas a receber.** São classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **• Fornecedores.** Decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, equipamentos e peças para manutenção, e matérias-primas com preços praticados a valores de mercado. **• Empréstimos e financiamentos.** São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. **• Derivativos.** Em 31/12/15, o Grupo possui operações de swap, para seus contratos de

INIMP - Financiamento para Importação, como forma de proteção para a variação de moeda estrangeira. O Grupo revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/15, bem como os créditos para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Risco de taxa de juros.** Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Considerando o perfil da dívida do Grupo, a Administração considera o risco a variações nas taxas de juros como não relevante. **Risco de crédito.** Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber do Grupo. Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber são concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez. A Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber. **Gestão de capital.** O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios do Grupo e maximizar o valor aos acionistas. O Grupo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura. O Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. **Gestão de capital.** O Grupo inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Individual		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Empréstimos e financ. (Nota 13)	183.654	161.806	235.705	199.207
Fornecedores (Nota 14)	6.152	5.641	25.152	21.789
(-) Caixa e equiv. de caixa (Nota 5)	(43.173)	(15.093)	(44.030)	(21.611)
Dívida líquida	146.633	152.354	216.827	199.385
Instrumentos de patrimônio				
Patrimônio líquido (Nota 19)	66.146	46.558	66.334	46.760
Capital social e dívida líquida	212.779	198.912	283.161	246.145
Quociente de alavancagem	69%	77%	77%	81%

Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF.:853.543.768.15
Antônia Sônia Mineiro Lopes - Contadora - CRC/RJ.:75200/O1 - CPF.:788.154.797-91